

# A VITÓRIA DAS EMPREITEIRAS

Por Ana Carolina Andrade

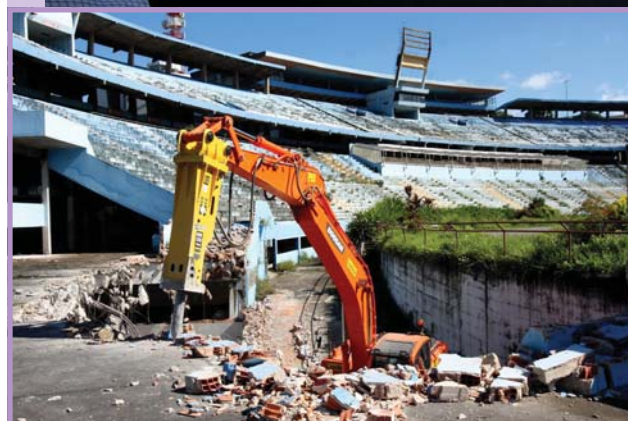
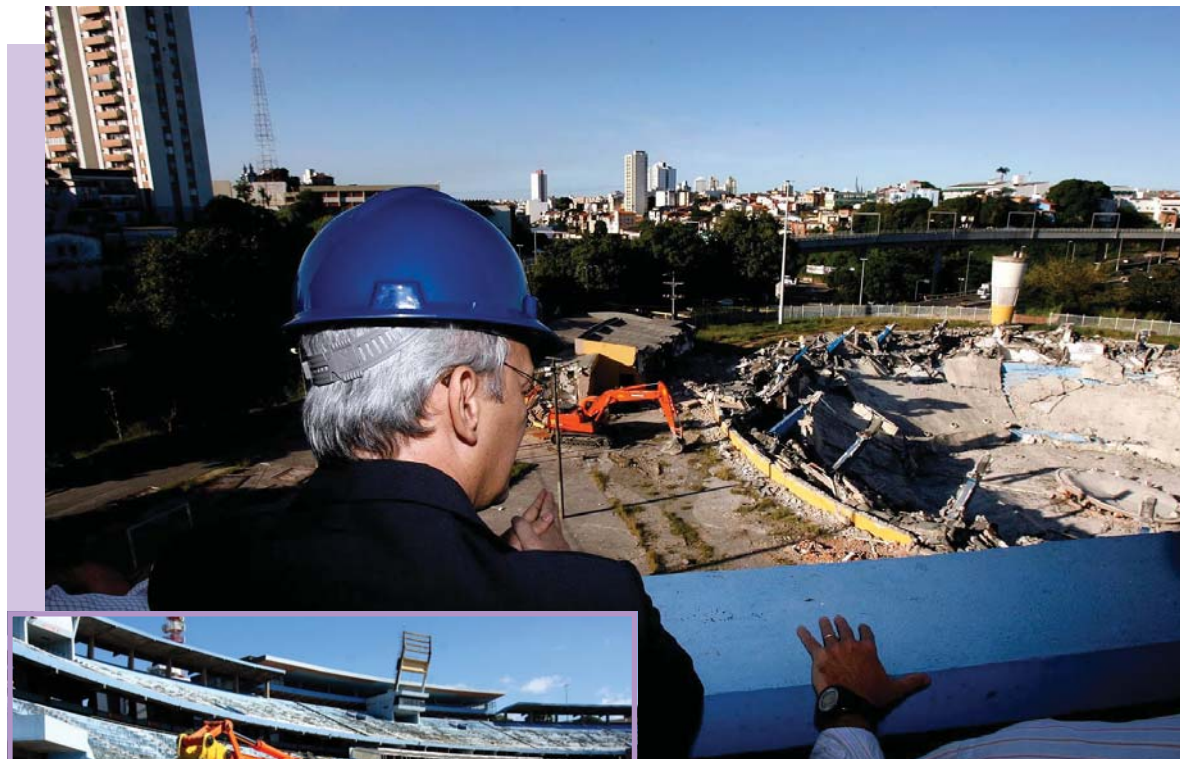
Quando grandes eventos como uma Copa do Mundo – especialmente no Brasil, “o país do futebol” – e os Jogos Olímpicos chegam a um país, o clima de euforia é intenso. Receber eventos desse porte deixam uma sensação de comoção na população não apenas pela tão falada chance de mostrar seu país, de ganhar diversas medalhas, mas pela expectativa de que melhorias, principalmente de infraestrutura, sejam feitas.

Desde que foram anunciados os jogos – para 2014 a Copa, e 2016 as Olimpíadas, lembrando ainda que o Rio de Janeiro receberá ainda os Jogos Mundiais Militares, em 2011, Copa das Confederações, 2013, e Copa América, em 2015 – as cifras já começaram a circular pelo país, e serão ainda muito maiores, desde o aumento na venda de televisores, camisetas e produtos que buscam a “identidade nacional”, como investimentos milionários em aeroportos e estádios. Diversas mudanças ocorrerão, e o problema é que com toda essa euforia a população passa a não se questionar de realmente para quem e como serão feitas essas melhorias.

A movimentação financeira será muito grande, mas a serviço de quem?? Em entrevista ao Fazendo Média, Raquel Rolnik, urbanista, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o direito à moradia adequada, explica que “o governo federal, quando se candidata a sediar uma Copa do Mundo, formaliza as condições especiais exigidas pela FIFA, atropelando as leis do país, a Constituição, o Estatuto das Cidades, (...) o governo nacional está sujeito a regulações, órgãos como a ONU têm formas de controle, o COI ainda tem alguns critérios, mas no caso da FIFA, não há qualquer regulação no processo de eleição das cidades-sede.” No seminário “O Desafio Popular nos Megaeventos Esportivos”, no Rio de Janeiro, entre os dias 27 e 27 de novembro, a urbanista estava presente e em sua fala explicou que em função desses megaeventos, e da sua importância, se constrói no imaginário social que não é necessário se cumprir leis, “se constrói um verdadeiro estado de exceção”.

Para que esses eventos possam ser realizados a área de construção é a mais utilizada. Os maiores vencedores desses jogos não serão os atletas ou seus países, mas sim as empreiteiras que investirem nessa jogada. Odebrecht, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, entre outras. Novos estádios, hotéis, complexos de atletismo, aquáticos, vilas olímpicas, tudo para que o país se adeque aos atletas, mas principalmente aos turistas. Dado esse quadro, a aparência é de que o Brasil é um país completo, sem problemas

*Copa do Mundo e Jogos Olímpicos deixam pauta social em segundo plano e trazem lucros exorbitantes ao setor de construção*



**Ao custo de bilhões dos cofres públicos, empreiteiras erguerão elefantes brancos por todo o país**

sociais e pronto para receber quantos jogos for, como se só precisasse de algumas adaptações. Transporte público precário e ineficiente, aeroportos congestionados, estradas ou com ausência de vistoria ou privatizadas, portos no limite de sua capacidade e um país com fronteiras gigantes. Mudanças nesse setor trariam gradativas melhorias na condição de vida da população, porém se fossem aplicadas da maneira correta.

**E de onde vem esse dinheiro?** – O que pouco se diz é que muitas dessas obras serão financiadas por dinheiro público. Dinheiro o qual poderia servir para melhorar efetivamente a vida do brasileiro, que se fizesse parte de um projeto de Brasil forte e igual estariam em outro plano. Seja na tão falada PPP (Parceria Público-Privada), ou pelo financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social), a participação das empresas privadas se dará principalmente na hora do lucro, deixando a cargo do Estado os maiores ônus.

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, foi aprovada a isenção de licitações para as obras necessárias para realização da Copa

e dos Jogos Olímpicos, assim como a redução dos critérios para licença ambiental e desapropriação de imóveis. Em entrevista à Radioagência NP, o presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Gilson Paranhos, afirma que “Com a isenção da licitação você tira da empreiteira que vai contratar a obra a responsabilidade de ela fazer o trabalho com o menor valor. Por que esses projetos executivos não estão sendo mostrados para a população? Porque eles não existem. Quando não se tem um projeto executivo você não sabe o preço dessa obra. E tudo que uma empreiteira quer é começar uma obra sem ter o projeto executivo, porque ela coloca o preço que achar melhor. Isso significa que a população está dando um cheque em branco para as grandes empreiteiras. Isso significa que está tendo uma falta de controle em relação a essas obras. E quando eu falo em obras, não digo somente dos estádios, eu digo da rede hoteleira, aeroportos, transportes públicos, etc.”

Em tempos de investimento em construção, um dos processos que mais ocorrem é a chamada especulação imobiliária. Para transformar áreas pouco rentáveis em locais lucrativos ao investimen-

to diversas medidas são realizadas. Diversas famílias são removidas de áreas interessantes as empreiteiras, recebem o chamado o "cheque-despejo", de 3 ou 5 mil reais. Na maioria das casas além desse cheque nenhuma outra medida efetiva é realizada para que essas famílias encontrem uma nova moradia, pois o baixo valor do cheque, não permite que uma casa própria, nem que seja um outro barraco, possa ser comprada.

**O real preço desses jogos** – Entre os meses de outubro e dezembro de 2010, o número

de remoções forçadas, e áreas desapropriadas cresceu da mesma maneira que as denúncias de irregularidades nesses processos. A especulação imobiliária não é "fase" única no acontecimento desses jogos, porém parte importante e que garante as empreiteiras grandes lucros. Em Paraisópolis, ações de despejos são frequentes, buscando retirar de perto do bairro nobre do Morumbi, o "lado feio e perigoso". No Rio de Janeiro, principal local desses eventos, ações como essa estão sendo feitas em uma escala muito maior e com violência. Operações como as que estão ocorrendo no Com-

plexo do Alemão, não servem para de fato combater o tráfico de drogas, mas para valorizar áreas que estão próximas a bairros nobres, e que serão interessantes no contexto dos Jogos.

Negociatas com cartolas do futebol, parlamentares, garantem estádios e investimentos em áreas do país que com certeza deixarão "elefantes brancos" se seu uso não for repensado, como é o exemplo de Brasília. Adilson Primo, vice-presidente da Associação Brasileira de Indústrias de Base (Abdid), afirmou em seminário realizado no Rio de Janeiro que "A maior parte dos 12 palcos que serão construídos ou remodelados não possui planos para sua utilização depois do Mundial, na maioria dos estádios não haverá o desenvolvimento de um conceito multiuso que permita seu aproveitamento após o Mundial."

Em pesquisa divulgada pelo Instituto Datafolha: 57% das 10.856 pessoas entrevistadas em 382 municípios reprovam o uso de dinheiro público para reforma dos estádios da Copa. Ricardo Teixeira, presidente da CBF, disse em discursos que a Copa de 2014 seria a Copa do dinheiro privado.

O professor do IPPUR/UFRJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Carlos Vainer, afirma em artigo que "No lugar do planejamento moderno, compreensivo, fortemente marcado por uma ação diretiva do estado, expressa entre outros nos zoneamentos e nos planos diretores, um planejamento dito estratégico, que se pretende flexível, amigável ao mercado (market friendly) e orientado pelo e para o mercado (market oriented). E já que a cidade é uma empresa, como tal deve ser conduzida. Por conseguinte, há que entregá-la, sem hesitação e sem mediações, a quem entende de negócios: os empresários capitalistas. As parcerias público-privadas são a nova senha também nas cidades. Ao final de uma de suas inúmeras conferências, congressos, workshops e seminários, o Banco Mundial deixava clara sua mensagem: "o setor privado deve assumir a direção das estratégias econômicas locais".

Fica nítido que os Jogos e a Copa não estão hoje a serviço da mudança social, e sim do capital privado, tornando necessário cada vez mais a mobilização da população, para não deixar que o Brasil pós-jogos se "quebre" como ocorreu com a Grécia, e que não realize mais chacinhas, como a do Alemão. O estado de exceção utiliza a violência – seja a do despejo ou a do BOPE – e se justifica pela mídia, que mostra uma mudança inexistente. Sejam as UPPs que trazem a polícia mas não a mudança social, ou as grandes obras que só deixam lucros aos empresários.

## O estádio do Corinthians

Um centenário sonhando com um estádio e a alegria dos alvinegros é imensa. O estádio do Corinthians não só sairá do papel como será possivelmente o estádio de abertura da Copa. Contará com 48 mil lugares, mas já está preparado para ser ampliado para acomodar 70 mil torcedores (a FIFA exige, para o jogo inaugural, uma arena com capacidade mínima para 65 mil para o jogo de abertura). Orçado entre R\$ 300 e R\$ 350 milhões, será construído pela Odebrecht, gigante da área que atua também nos setores óleo e gás, química e petroquímica. O Corinthians pagará a empresa com o naming rights (direitos do nome), venderá o nome da arena para uma empresa e o que arrecadar com isso repassará a ela, se o valor não for atingido, o clube terá dez anos para devolver à Odebrecht.

No blog do jornalista Guilherme Barros foi anunciado que: "A construção do estádio do Corinthians pela Odebrecht contará com financiamento do BNDES e isenção fiscal(...). O presidente Lula, que também é corinthiano, foi o principal articulador do projeto do estádio do time". Por esse anúncio fica claro que a questão o processo de licitações – que em teoria garante minimamente que uma empresa não tenha privilégios – não é em nenhum momento respeitado. O que valerá nesses jogos é a influência das empresas, que como a Odebrecht conseguiram o estádio do Corinthians. Como a Zona Leste da cidade se adaptará a esse evento. Hotéis, restaurantes, entre outras atividades se sustentarão na região depois dos jogos?? O que a população desse local realmente necessita?



**A exemplo do complexo do Maracanã (à dir.), outras obras e estádios devem ficar inativos após a realização dos eventos esportivos; Brasil não terá como utilizá-los. Abaixo, projeto que prevê reforma do Beira-Rio, no Rio Grande do Sul**



## E o PAN de 2007 já foi esquecido?

Em entrevista ao Fazendo Mídia, Guilherme Marques, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ), relembrou um fato "poucos dias do início do PAN, em junho/2007, a polícia matou em torno de duas dezenas de pessoas no Complexo do Alemão, o que serviu de alerta para as comunidades mais pobres de como eram as normas durante os jogos.", e enfatizou que "Legado positivo, se existiu, foi o incremento das lutas urbanas, a experiência de resistência das comunidades populares, a articulação das redes de resistência".

O PAN de 2007 custou 3,7 bilhões de reais. mas tinha o orçamento inicial em 523, 84 milhões de reais. As dívidas, verbas desviadas, lucros inexplicados estão sob investigação do Tribunal de Contas da União (TCU) – o mesmo que irá fiscalizar as obras da Copa e das Olimpíadas - e ninguém foi culpado. No PAN, o governo federal bancou 50% dos gastos, o Estado do Rio 15% e a Prefeitura do Rio um terço. Como afirmou Carlos Vainer em seu artigo, "O legado, já sabemos de antemão: uma vez mais a socialização dos custos e a privatização dos benefícios. E uma cidade ainda mais desigual e injusta."